



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	147.579.561,91	216.380,98	147.795.942,89
Pessoal Ativo	134.116.238,91	193.062,97	134.309.301,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.463.323,00	23.318,01	13.486.641,01
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	14.266.023,00	196.003,73	14.462.026,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.893,92	-	10.893,92
Despesas de Exercícios Anteriores	2.343.985,07	196.003,73	2.539.988,80
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.911.144,01	-	11.911.144,01
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	133.313.538,91	20.377,25	133.333.916,16
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,019654%	0,000003%	0,019657%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,036733%			249.157.163,09
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,034896%			236.699.304,93
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,033060%			224.241.446,78

FONTE: SIAFI, SOF/TRT DA 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 263.447,81.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Alencar Minoru Izumi
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

Selzo Moreira Fernandes
Diretor do Serviço de Controle Interno

Francisco das Chagas Lima Filho
Desembargador Presidente